

Resenha do livro “Pesquisa: princípio científico e educativo”

Flávio Medeiros Henriques*

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 14^a ed. Cortez: São Paulo, 2011.

Resumo

A presente resenha busca analisar a obra “Pesquisa:Princípio científico e educativo” de autoria de Pedro Demo que defende a inclusão da teoria e prática da pesquisa nos processos de formação educativa do indivíduo com o objetivo de ampliar o exercício da cidadania.

Palavras-Chave: Educação; Cidadania; Pesquisa Científica.

Abstract

This review seeks to analyze the work “Pesquisa: Princípios científico e educativo” authored by Pedro Demo defending the inclusion of the theory and practice of research in educational training processes of the individual in order to extend citizenship.

Keywords: Education; Citizenship; Scientific Research.

Como citar essa resenha. Henriques FM. Resenha do livro “Pesquisa: princípio científico e educativo”. Revista Mosaico. 2016 Jan./Jun.; 07 (1): 44-46.

O livro *Pesquisa: princípio científico e educativo* de Pedro Demo sustenta fundamentalmente que a teoria e a prática da pesquisa sejam introduzidas nos processos de formação educativa do indivíduo, de modo que tais conceitos não fiquem restritos ao âmbito da academia. Dividido em quatro partes - sendo as três primeiras divididas em quatro tópicos e a quarta parte em dois tópicos - a obra traz como ideias centrais a interdependência entre ensino e construção própria de conhecimento, o desenvolvimento de uma atitude questionadora inerente ao processo de pesquisar e a instrumentalização de conhecimentos pelo indivíduo nos contextos em que está inserido de modo que este possa, mais do que compreender sua realidade social, intervir e modificá-la por meio do exercício da cidadania. O objetivo primeiro do exercício da cidadania, na visão do autor, seria a emancipação do indivíduo, ou seja, a compreensão e atuação consciente deste em relação às estruturas dominantes que o colocam na condição de mero objeto na manutenção dos interesses dos grupos dominantes.

Para que o alcance da pesquisa enquanto princípio científico e educativo seja ampliado e percebido como exercício de cidadania, o autor destaca, na primeira parte do livro, intitulada “Pesquisar – o que é?”, a necessidade de desmistificá-la para que não se estabeleça uma concepção errônea de pesquisa como mera sofisticação instrumental operável por grupos superiores restritos, como professores e pesquisadores

profissionais, por exemplo. Nesse sentido, o autor argumenta que a desmistificação mais fundamental encontra-se na separação artificial entre ensino e pesquisa, a qual cria uma divisão entre professores que apenas ensinam – que basicamente são reprodutores de conhecimentos desatualizados (não)aprendidos quando estudantes - e professores que apenas pesquisam – que consideram o ensino como atividade menor e cultivam um distanciamento da realidade através da produção de atividades meramente especulativas e que visam à conservação do *status quo*. Considerando que o saber está naturalmente ligado a interesses sociais, o autor sustenta que pesquisar implica influenciar a prática. Assim, quem ensina deve pesquisar (aprender a criar) e quem pesquisa deve socializar o conhecimento (ensinar).

No segundo tópico da primeira parte do livro, o autor apresenta a pesquisa também como atitude política, além de simples busca de conhecimento. Parte-se do pressuposto de que o processo de informação é fundamental para emancipação quando associado a uma atitude processual de investigação do desconhecido. E emancipação pressupõe a pesquisa como princípio educativo.

No terceiro tópico da primeira parte, o autor apresenta quatro horizontes ou dimensões da pesquisa: as dimensões empírica, teórica, metodológica e prática. A ideia defendida é a de que a capacidade de elaboração própria resultaria da articulação competente

Afiliação do autor: Mestre em Gestão e Estratégia pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Rural, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Professor estatutário da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), Coordenador do curso Técnico em Administração e Supervisor de Estágio em Administração, FAETEC, Volta Redonda-RJ, Brasil. Professor de Marketing Estratégico no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* - especialização em Gestão Estratégica de Negócios em Tempo de Mudanças (MBA Executivo) da Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ, Brasil. Instrutor de Marketing e Vendas no SENAC-RJ. Professor formador (conteudista) da disciplina de Elaboração e Gestão de Projetos no curso Técnico em Serviços Públicos do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

* Endereço para correspondência: Fundação de Apoio à Escola Técnica, Rua Mil e Quinze - Santo Agostinho, Volta Redonda - RJ, 27210-240.
E-mail: fmh.faetec@gmail.com

Recebido em: 20/06/16. Aceito em: 30/06/16

dessas quatro dimensões. Para explicar tais dimensões e interdependências destas, Demo sustenta que: a) admite-se a existência de “horizontes empíricos” e “não-empíricos” da realidade; b) os “quadros teóricos de referência” apresentam diferentes concepções do real; O “método”, além de diferenciar a ciência dos outros saberes, é o procedimento de captação da realidade sob a perspectiva dos quadros teóricos previamente assumidos; A “dimensão prática” da pesquisa - vinculada ao empirismo, teoria e metodologia – traz a ciência para o cotidiano. Dessa forma, a pesquisa coloca a realidade na teoria, obrigando a teoria a se adequar, mudar e ser revisada. Somente assim, a pesquisa atenderia ao critério científico da “discutibilidade”, isto é, somente o que pode ser discutido na teoria e na prática pode ser aceito como científico.

No quarto tópico da primeira parte o autor argumenta que, ao unir teoria, prática e atitude, a pesquisa pode ser vista, também, como um processo de descoberta – ao questionar o saber vigente e estabelecer novos conhecimentos – e criação – forçando o surgimento de novas alternativas. Ao envolver atitude, a pesquisa seria também um diálogo inteligente com a realidade e, como diálogo é fala contrária entre atores que se encontram e se defrontam, pressupõem atores que tem o que propor ou contrapor, ou seja, atores criativos. Como diálogo, a pesquisa envolve, além da descoberta teórica, a socialização do saber e comunicação, que é fenômeno político de atores polarizados e competentes se emancipados. É processo integrante do cotidiano.

Na segunda parte do livro, intitulada “A pesquisa como princípio científico”, o autor começa argumentando, no primeiro tópico, que a consolidação da pesquisa como princípio científico exige mudanças na instituição Universidade. Tais mudanças envolveriam, em primeiro lugar, rever a estrutura curricular, dado que esta não inclui a pesquisa como condição de criatividade e construção de soluções. De um lado, temos professores repassadores de conhecimento alheio e de outro, o aluno, cujo aprender significa copiar, escutar, reproduzir e fazer prova. A aula envolve a reprodução do método expositivo/discursivo arcaico.

No segundo tópico da segunda parte, o autor defende a eliminação da dissociação entre teoria e prática, no sentido de que não se estuda somente para saber, mas também para atuar; e prática não significa ver ou passar perto, mas a união do “fazer” com o “teorizar o fazer”.

No terceiro tópico da segunda parte, sugere-se a concentração do pesquisador/professor em um tema, ou seja, um problema relevante de pesquisa, pois é inadequado que este ministre qualquer aula sobre qualquer disciplina (prática tradicional). Escolher um tema, porém pressupõe “aprender a aprender” primeiro, ou seja, aprendizagem por meio da elaboração individual na condição de aluno. Outro aspecto que merece

destaque nesse tópico é a questão do trabalho em grupo. Para o autor, seria interessante a adoção de trabalho em grupo, porém a elaboração deve ser individual. A elaboração em grupo seria viável principalmente quando seus componentes já trabalham há algum tempo juntos e possuem forma conjunta de redação.

No quarto tópico da segunda parte, o autor sustenta que a prática da avaliação deve ser conduzida como maneira de valorizar a elaboração individual. Isto, porém, exigiria um professor mais presente e capaz de manter uma relação mais individualizada com os alunos com a finalidade de discutir e mesmo verificar a veracidade da elaboração própria deste. Quanto aos problemas atuais referentes à avaliação, o autor sustenta que temos, de um lado, avaliações que não respeitam as diferenças individuais e são impostas unilateralmente e, de outro, a “adequação” aos parâmetros exigidos pelo aluno, como a promoção automática. Argumenta-se aqui que avaliar é indispensável para valorizar o mérito acadêmico, o qual envolve a articulação do saber com o mudar, ou seja, da pesquisa com a cidadania.

Na terceira parte do livro, intitulada “A pesquisa como princípio educativo”, o autor começa discutindo, no primeiro tópico, o distanciamento do ensino e da prática de pesquisa da atuação do professor e o ambiente escolar da educação básica. Isso implicaria um grave prejuízo ao exercício da cidadania visto que é na educação básica que o indivíduo constrói-se enquanto sujeito social. A atuação de professores “repassadores” de conteúdo em conjunto com a visão distorcida de que a pesquisa é restrita a ambientes restritos e superiores condicionaria, dessa forma, a propagação da visão de que a pesquisa é algo distante e restrito, alimentando um ciclo vicioso deturpador da capacidade emancipatória desses sujeitos, ou seja, do questionamento crítico necessário à passagem desses sujeitos de objetos para seres sociais. Em outras palavras, a pesquisa estaria na raiz da consciência crítica questionadora, desde a recusa de ser massa de manobra até a produção de alternativas melhores de consecução de sociedade. Assim, defende-se nesta parte a escola como um espaço de educação política e motivação da cidadania, ao invés de espaço de reprodução.

No segundo tópico da terceira parte, o autor enfatiza que para que um educador estimule a cidadania é indispensável que este seja cidadão. E essa condição exigiria repensar o papel de professor, o qual deve passar de mero instrutor a verdadeiro mestre. E mestre seria aquele capaz de elaborar a aula e fazer ciência por si mesmo, e não aquela apenas capaz de repetir conteúdos previamente estudados. Quanto à aula, não se trataria de fala autoritária, vazia e apenas formal e sim de um expediente informativo para introdução de temas e unidades, utilizada em conjunto com outras estratégias didáticas.

Abordando não somente as mudanças do

“ensinar”, mas também no “aprender”, o autor argumenta, no terceiro tópico da terceira parte, que são também essenciais novas expressões curriculares que desenvolvam no alunado não só a instrumentação técnica, mas também a cidadania por meio da motivação à elaboração própria. Sugere-se aqui a adoção de expedientes que permitam a prática da cidadania, como eleições de representante de turma, jornal escolar, etc. para que a pesquisa seja compreendida em sua dimensão política através da união do saber teórico à prática.

No quarto é último tópico da terceira parte, o autor destaca que a escola precisa superar o seu vazio formal distanciado do compromisso de motivar processos educativo-emancipatórios, o que desvirtua sua qualidade formal e política. De um lado, a pesquisa faz falta como instrumentação da descoberta e elaboração própria e, de outro, faz falta como motivação ao questionamento e diálogo. Assim, a escola precisaria encarar o desafio de recuperar/ocupar o lugar que lhe cabe na sociedade: educar para a cidadania.

Apresenta-se, na quarta e última parte do livro, em dois tópicos, uma proposta de currículo que visa unir indissolivelmente teoria e prática; ensino e pesquisa; saber e mudar, no contexto da qualidade formal e política; e incentiva a elaboração própria, a qual passa a ser critério de avaliação. A grade curricular apresentada, dividida em oito semestres, apresenta basicamente três tipos de prática: A “prática inicial”, no primeiro ano, constitui-se em fundamentação teórica e metodológica rumo à capacidade de elaboração própria, além da confrontação com práticas alheias; A “prática intermediária”, de caráter profissionalizante, ocorre nos segundo e terceiro anos e envolve atividades de extensão; Por fim, a “prática profissional” plena ocorre no quarto ano e demanda dedicação diária e integração efetiva no local de trabalho.

Desenvolvida sob uma perspectiva alinhada à pedagogia da transformação de Paulo Freire, a presente obra concebe o conceito de pesquisa como indissociável do processo educativo e elucida importantes relações sociais entre os atores envolvidos em tal processo, fornecendo, sobretudo, importantes sugestões de ações a serem desenvolvidas na instituição Escola e junto aos professores e alunos. Nesse sentido, o presente livro, ao desmistificar o conceito de pesquisa, cumpre um importante passo na consecução da tese que defende: conscientizar, principalmente, os professores da importância da prática da pesquisa e elaboração própria e incentivá-los a utilizar a pesquisa como instrumento de construção do cidadão, sobretudo, na educação básica, onde propaga-se discursos e práticas que distanciam a pesquisa da Escola, relegando-a às esferas privilegiadas e pouco acessíveis, o que realimenta o ciclo da reprodução e repetição de conhecimentos desatualizados; da falta de interesse dos alunos pela aprendizagem; da alienação dos atores envolvidos no processo educativo; e do

prejuízo ao incentivo às práticas cidadãs.